



**AUTORIDADE
NACIONAL**

Designada para o GCF

Secretaria de Assuntos Internacionais - SAIN

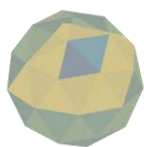
RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2018



MINISTÉRIO DA
FAZENDA





Sumário

1. Consolidação das atividades da AND.....	3
1.1. Submissão do Programa País do Brasil ao GCF	3
1.2. Realização do evento "GCF no Brasil: Entidades Acreditadas e Perspectivas"	3
1.3. Participação em eventos internacionais promovidos pelo Fundo Verde do Clima	3
2. Pipeline de Projetos e Programas para o GCF	4
2.1. FINBRAZEEC – Banco Mundial.....	5
2.2. Programa Nacional de REDD+ - PNUD e MMA	5
2.3. Melhoria da resiliência de comunidades, agricultores familiares e ecossistemas aos impactos das mudanças climáticas através de adaptação e escalamento de sistemas de uso da terra na Ilha do Marajó no Brasil – Fundação Avina	6
2.4. Semeando Resiliência Climática nas comunidades rurais do semiárido nordestino – FIDA	7
2.5. Ação Integrada para a Redução de Riscos de Desastres Hídricos - JICA.....	7
2.6. Programa de Cidades Resilientes (PDCR) – CAF.....	8
2.7. Brasil: Agronegócio e resiliência climática – Banco Mundial	8
3. Projetos de Cooperação Técnica e Readiness	8
3.1. "Apoio para aumentar a capacidade do Brasil em acessar financiamento do Fundo Verde do Clima para a implementação da Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) do Brasil" – CT SAIN/MF e BID.....	8
3.2. "Avaliação das Necessidades Tecnológicas para a Implementação de Planos de Ação Climática no Brasil" – Projeto de Readiness do GCF - MCTIC e PNUMA.....	9
4. Acreditação de entidades brasileiras para acesso direto	10
4.1. CAIXA.....	10
4.2. Funbio.....	11
4.3. BNDES.....	11
4.4. Organização do Tratado de Cooperação Amazônica – OTCA	11



1. Consolidação das atividades da AND

1.1. Submissão do Programa País do Brasil ao GCF

A SAIN submeteu o [Programa País do Brasil](#) para o GCF em dezembro de 2018 - o documento foi traduzido para o inglês e encontra-se com o *pipeline* de projetos e programas em desenvolvimento para o Fundo no Brasil atualizado. Vale ressaltar que a versão em português do documento foi finalizada em março de 2018, e após aprovação nas instâncias competentes do Governo Federal, foi publicada no site da AND.

O documento apresenta as diretrizes para a atuação do Fundo no Brasil, que foram construídas a partir de políticas e estratégias já existentes no país relacionadas às mudanças climáticas. Adicionalmente, o Programa País busca apresentar as oportunidades para a preparação de propostas de financiamento no âmbito do GCF que não só preencham os critérios do Fundo, mas também estejam alinhadas às prioridades nacionais, possuam viabilidade econômica e resultem em impacto transformacional. O processo de diálogo para a construção do Programa foi realizado ao longo do ano de 2017, e contou com o apoio da cooperação técnica do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

Ressalte-se que a receptividade do documento foi excelente por parte do Secretariado do GCF, não só devido à qualidade técnica e ao direcionamento estratégico contido no texto, mas também devido ao processo participativo de construção do documento.

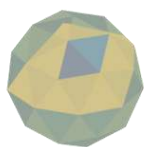
1.2. Realização do evento "GCF no Brasil: Entidades Acreditadas e Perspectivas"

No dia 21 de novembro de 2018, a SAIN realizou em Brasília o evento "[GCF no Brasil: Entidades Acreditadas e Perspectivas](#)". O objetivo do evento foi apresentar as entidades brasileiras de acesso direto que foram acreditadas na 21ª Reunião do Conselho Diretor do Fundo (Caixa e Funbio), contextualizando a sua atuação no âmbito do Programa País do Brasil. Também foram discutidas as perspectivas de trabalho da AND para o ano de 2019.

O evento contou com a participação de 65 participantes, representantes de instituições e organismos relevantes na agenda climática da sociedade civil, setores público e privado. Vale destacar ainda que a abertura do evento foi realizada pelo Secretário de Assuntos Internacionais, que destacou que a acreditação das entidades brasileiras ao Fundo é o reconhecimento da alta capacidade de gestão dessas instituições, em linhas com os mais exigentes padrões internacionais, bem como destacou a convergência das atividades da AND e do GCF com as prioridades do Ministério da Fazenda.

1.3. Participação em eventos internacionais promovidos pelo Fundo Verde do Clima

AND participou de três eventos promovidos pelo Fundo Verde do Clima ao longo de 2018. O [Diálogo Estruturado do Fundo Verde do Clima para a América Latina](#) foi realizado na cidade de Bogotá, Colômbia, entre os dias 5 e 8 de março de 2018. O Secretário de Assuntos Internacionais participou do evento de alto nível, organizado pelo GCF e pelo governo da



Colômbia. As experiências do Brasil em relação à REDD+/Programa Piloto de Pagamentos de Resultados e a construção do Programa País foram compartilhadas nesse Diálogo.

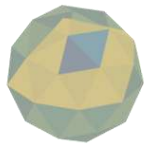
O evento [Fortalecendo o Acesso Direto ao GCF](#) foi realizado entre os dias 29 de maio e 1 de junho, na sede do Fundo, em Songdo, na Coreia do Sul. A delegação brasileira foi composta por representante da AND e das três entidades brasileiras de acesso direto em processo de acreditação: Funbio, Caixa e BNDES. As reuniões realizadas com o Secretariado do GCF ao longo do evento na Coreia do Sul contribuíram para sanar dúvidas e agilizar o processo de acreditação das entidades em questão.

A [Conferência Global de Autoridades Nacionais Designadas - ANDs do GCF](#) ocorreu entre os dias 8 e 12 de outubro, em Incheon, na Coreia do Sul. O evento foi realizado em paralelo com a Conferência de Investimento do Setor Privado em Mudança Climática do GCF (10-11 de outubro de 2018). Nessa oportunidade, a AND apresentou a estratégia desenvolvida no Brasil para a indicação para acreditação de entidades de acesso direto nacionais, e também realizou apresentação sobre o engajamento do setor privado brasileiro no processo de construção do Programa País do Brasil para o GCF, com destaque para as áreas de Investimento mapeadas no Eixo Estratégico de Agricultura e Florestas.

2. Pipeline de Projetos e Programas para o GCF

A AND trabalha em constante diálogo com as entidades acreditadas que operam no Brasil, buscando disseminar informações acerca do GCF e apoiar a identificação de prioridades, de modo a subsidiar a elaboração de propostas de qualidade a serem submetidas ao Fundo. O quadro síntese abaixo apresenta as propostas em estágio mais avançado de desenvolvimento ao final de 2018.

Quadro Síntese – Pipeline de Projetos e Programas - Brasil			
Proposta	Entidade Acreditada	Status	Montante (GCF)
GEEREF NeXt (programa global)	EIB	Aprovado	USD 265 mi
Instrumentos Financeiros para Eficiência Energética em Cidades do Brasil - FinBRAZEEC	Banco Mundial	Aprovado	USD 195 mi
Programa Nacional de REDD+ - Pagamento por Resultados	PNUD	Proposta submetida	USD 150 mi
Melhoria da resiliência de comunidades, agricultores familiares e ecossistemas aos impactos das mudanças climáticas na Ilha do Marajó	Fundação Avina	Proposta submetida	US\$ 9,5 mi
Semeando Resiliência Climática nas comunidades rurais do semiárido nordestino	FIDA	Nota conceitual submetida / proposta em preparação	USD 42.5 mi
Projeto de Cooperação técnica para Ação Integrada para a Redução de Riscos de Desastres Hídricos	JICA	Nota conceitual em elaboração	USD 10 mi
Programa de Cidades Resilientes	CAF	Nota conceitual em elaboração	Em definição
Brasil – Agronegócio e resiliência climática	Banco Mundial	Proposta preliminar	USD 80 mi



2.1. FINBRAZEEC – Banco Mundial

O projeto apoiará a criação de uma facility/fundo, que será administrada pela Caixa Econômica Federal e fornecerá recursos para projetos de investimento para a ampliação da eficiência energética e redução de emissão de gases do efeito estufa nas cidades brasileiras, em dois setores prioritários, quais sejam, iluminação pública e indústrias localizadas em centros urbanos. A proposta foi concebida como um programa a ser implementado pelo Banco Mundial (entidade acreditada junto ao GCF) em parceria com a Caixa Econômica Federal (entidade executora).

A proposta foi aprovada na 19ª reunião do Conselho Diretor do GCF, realizada entre os dias 26 de fevereiro e 01 de março de 2018, tornando-se o primeiro projeto brasileiro aprovado no GCF. Vale ressaltar ainda que o projeto foi aprovado pela Diretoria Executiva do Banco Mundial no dia 29 de junho de 2018. O FinBRAZEEC irá contar com recursos do GCF no montante de USD 195 milhões, sendo USD 186 milhões na forma de empréstimos e USD 9 milhões na forma de doação para assistência técnica. Adicionalmente, de acordo com a Funding Proposal aprovada pelo Conselho Diretor do Fundo, a estruturação financeira da proposta prevê que o fundo/facility poderá alcançar até USD 1,3 bilhões em recursos alocados, dos quais já estão definidos aporte de USD 180 milhões da Caixa na forma de empréstimo, bem como a alocação de um empréstimo/garantia do Banco Mundial no formato de *Deferred Drawdown Option* (DDO) no montante de USD 200 milhões e USD 20 milhões do *Clean Technology Fund* (CTF) na forma de doação.

Em relação aos próximos passos, conforme reunião realizada em outubro no Banco Mundial, com a participação da SAIN e da Caixa, atualmente o Banco Mundial está em negociação com o Secretariado do GCF para a assinatura do *Funded Activity Agreement* (FAA), além de estar acertando os últimos detalhes para a assinatura do contrato de implementação do projeto com a Caixa. A expectativa é que todos os documentos estejam finalizados no primeiro semestre de 2019.

2.2. Programa Nacional de REDD+ - PNUD e MMA

A proposta busca investir recursos captados por pagamento por resultados de REDD+¹ na execução de medidas que contribuam para a implementação do componente florestal da NDC do Brasil. Os recursos serão direcionados para o desenvolvimento de um Programa Piloto de Incentivo a Serviços Ambientais para a Conservação e Recuperação de Vegetação Nativa (Floresta+); e para o fortalecimento da implementação da ENREDD+ por meio de melhoras em sua estrutura e sistemas de governança.

¹ REDD+ é um instrumento econômico desenvolvido no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC). Sua função é prover incentivos financeiros a países em desenvolvimento por seus resultados no combate ao desmatamento e à degradação florestal e na promoção do aumento de cobertura florestal.



Dado que o Brasil é um dos países que está apto a captar os recursos disponíveis no Programa Piloto de REDD+ do GCF, lançado em outubro de 2017, o Departamento de Florestas e Combate ao Desmatamento do MMA, junto ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), submeteu ao GCF a Nota Conceitual do programa “*Brazil REDD+ Results-Based Payments for results period 2014-2015*” em julho de 2018. O Brasil submeteu uma proposta única que busca receber USD 150 milhões por resultados de REDD+; a pactuação da proposta que foi articulada entre o Governo Federal e os estados no âmbito da CONAREDD+.

A Nota Conceitual foi aprovada pelo Secretariado do GCF, que convidou o país a submeter Proposta de Financiamento (FP) completa; a FP foi submetida em agosto de 2018.

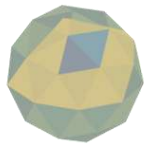
Após realização de reuniões com o Diretor Executivo do GCF, Javier Manzanares, em outubro em Songdo e em dezembro no bojo da COP 24, o GCF enviou carta à AND em dezembro de 2018, informando que a FP está robusta o suficiente para ser considerada pelo Conselho Diretor do Fundo, e que a proposta passará pelo processo de revisão pelo Painel de Especialistas (ITAP), com conclusão do processo em janeiro de 2019.

2.3. Melhoria da resiliência de comunidades, agricultores familiares e ecossistemas aos impactos das mudanças climáticas através de adaptação e escalamento de sistemas de uso da terra na Ilha do Marajó no Brasil – Fundação Avina

O projeto tem por objetivo beneficiar pequenos agricultores, pescadores e produtores de açaí e castanhas, com vistas a tornar sua produção (tanto em caráter de subsistência como comercial) mais resilientes aos impactos das mudanças climáticas, por meio da implementação de sistemas agroflorestais diversificados. A estimativa é de que a implementação do projeto beneficie em torno de 27 mil pessoas em comunidades de 3 municípios paraenses no Arquipélago de Marajó.

A proposta se enquadra na modalidade Processo Simplificado de Aprovação (SAP – *Simplified Approval Process*), criada pelo GCF para a submissão de projetos de até USD 10 milhões, que possuem riscos sociais e ambientais mínimos e caracterizam-se por uma intervenção comprovada e apta para implementação em escala, com amplo potencial de transformação.

A Fundação Avina encaminhou a Nota Conceitual para apreciação da AND em julho de 2018, que após análise realizada em conjunto com os Ministérios competentes, autorizou a indicação para prosseguimento do projeto em agosto de 2018. A Avina submeteu a Nota ao Secretariado do GCF em setembro de 2018, e após o aval do Secretariado, trabalhou na elaboração da Proposta Completa (FP) entre setembro e novembro de 2018. Em dezembro de 2018, a FP foi encaminhada à AND, que após análise e consulta aos Ministérios, emitiu a Carta de Não-Objecção à FP em 18 de dezembro de 2018.



2.4. Semeando Resiliência Climática nas comunidades rurais do semiárido nordestino – FIDA

O projeto tem por objetivo apoiar a adaptação às mudanças climáticas aumentando a resiliência de populações vulneráveis na região semiárido do Nordeste do Brasil. As linhas de ação consistem em (i) aumento do acesso à água para a produção e (ii) transição para sistemas produtivos resilientes. A estimativa é que o projeto consiga beneficiar diretamente 80 mil famílias de produtores rurais na região, com impacto indireto em mais 300 mil famílias.

A primeira versão da Nota Conceitual do projeto foi submetida pelo FIDA ao Secretariado do GCF em dezembro de 2017. Após receber os comentários do Secretariado, e considerando as indicações do GCF em relação especialmente ao mecanismo financeiro utilizado no projeto e ao arranjo de implementação, o FIDA submeteu ao Fundo a versão revisada da Nota Conceitual do projeto em agosto de 2018, Nota esta que obteve o aval da SAIN e demais Ministérios competentes.

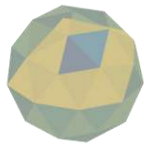
Após a indicação do Secretariado de que a versão revisada da Nota Conceitual estava satisfatória em setembro de 2018, o FIDA iniciou o desenho da Proposta de Financiamento completa, inclusive com a realização de missão de desenho do projeto em outubro de 2018, incluindo visitas a campo na Bahia e Pernambuco, workshops de consulta pública em Recife e reuniões de trabalho em Brasília. A expectativa é que a FP completa seja encaminhada para apreciação da AND em janeiro de 2019.

2.5. Ação Integrada para a Redução de Riscos de Desastres Hídricos - JICA

O objetivo do projeto é gerar soluções inovadoras para reduzir o risco de enchentes em cidades brasileiras devido às mudanças climáticas, com a expectativa de aumento de eventos meteorológicos extremos e maior vulnerabilidade do habitat urbano. O projeto propõe o desenvolvimento de ações que abordam o ciclo de gestão de riscos de desastres, e o desenvolvimento de ferramentas e metodologias para a melhora de sistemas de gestão integrados de redução de riscos de desastres.

Vale ressaltar que o projeto é uma cooperação técnica entre o Governo do Japão, por meio de sua Agência de Cooperação Internacional (JICA), e o Governo Brasileiro, coordenado pela Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), em cooperação com o Ministério de Integração Nacional, Ministério das Cidades e o MCTIC. O montante de recursos estimado a ser solicitado para o GCF é de USD 10 milhões, com USD 3 milhões em contrapartida - recursos do Governo Brasileiro e da JICA.

A primeira versão da Nota Conceitual foi enviada à AND em outubro de 2018. Considerando os comentários e a revisão da SAIN, os proponentes do projeto encaminharam a segunda versão da Nota Conceitual à SAIN em novembro de 2018, versão esta que foi circulada para análise dos Ministérios competentes, e recebeu a indicação para prosseguimento ao Secretariado do GCF. Atualmente a JICA está revisando a Nota Conceitual.



2.6. Programa de Cidades Resilientes (PDCR) – CAF

O PDCR tem como objetivo aumentar a capacidade de adaptação e resiliência dos municípios vulneráveis à mudança climática mediante investimentos em i) infraestrutura; ii) ferramentas de planejamento e gestão e iii) e fortalecimento de capacidades. Os recursos apoiariam projetos municipais aprovados pela COFIEX, reduzindo os custos da operação para os mutuários e fortalecendo o foco em resiliência nos projetos.

Ao longo de 2018, a CAF contratou consultores para auxiliar na montagem da Nota Conceitual e Proposta de Financiamento. Nesse sentido, a entidade pretende submeter uma proposta de programa que contará com um projeto piloto, a ser definido pela instituição em breve, ao passo que os demais projetos a serem desenvolvidos no programa serão selecionados de acordo com os critérios de elegibilidade em elaboração. A previsão da CAF é compartilhar a primeira versão da Nota Conceitual com a AND no início de 2019.

2.7. Brasil: Agronegócio e resiliência climática – Banco Mundial

O objetivo do projeto é apoiar o Brasil em seus esforços para superar os supostos *trade-offs* entre o desenvolvimento agrícola e a conservação ambiental, por meio da intensificação agrícola para reduzir o desmatamento. Pretende-se apoiar a intensificação do uso de terras agrícolas, especialmente pastagens, que apresentam maior potencial. Nesse sentido, a iniciativa apoiaria a implementação de pelo menos duas abordagens do Plano de Agricultura de Baixo Carbono (ABC): recuperação de pastagens degradadas e Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF).

As primeiras reuniões para tratar do tema foram realizadas no Banco Mundial em setembro de 2018, com participação da AND e da Embrapa. Posteriormente, foram realizados em outubro e em novembro de 2018 oficinas para discussão das linhas gerais da proposta, com participação de diversos atores relevantes na agenda, dentre eles o MAPA, o MMA e bancos privados que financiam o agronegócio, com destaque para o Rabobank e o Bradesco. Com base nos insumos recebidos, a equipe do Banco Mundial irá trabalhar na primeira versão da Nota Conceitual, com previsão de encaminhamento à AND no primeiro semestre de 2019.

3. Projetos de Cooperação Técnica e Readiness

3.1. "Apoio para aumentar a capacidade do Brasil em acessar financiamento do Fundo Verde do Clima para a implementação da Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) do Brasil" – CT SAIN/MF e BID

Em maio de 2018, foi aprovada a cooperação técnica "*Apoio para aumentar a capacidade do Brasil em acessar financiamento do Fundo Verde do Clima para a implementação da Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) do Brasil*" (CT BR-T1361), entre a SAIN/MF e o BID.

A CT tem por objetivo apoiar a SAIN a fortalecer suas atividades no papel de AND para o GCF, bem como ampliar o acesso do Brasil aos mecanismos de financiamento disponíveis no Fundo, através do efetivo desenvolvimento de um pipeline de projetos no País, alinhado à Contribuição Nacionalmente Determinada - NDC e adequado aos critérios de investimento do Fundo.

Para consecução desses objetivos, a CT se desdobrará em três componentes, quais sejam:

- i. Fortalecimento das capacidades da SAIN/MF em suas atividades e responsabilidades no papel de AND para o GCF;
- ii. Desenvolvimento de um pipeline de projetos/programas passíveis de financiamento pelo GCF; e
- iii. Desenvolvimento de uma Nota Conceitual/Proposta de Financiamento para submissão ao Fundo.

A CT tem prazo de execução de 28 meses; vale ressaltar ainda que a CT não prevê internalização de recursos e não exigirá contrapartida da União. A contratação e execução das ações previstas serão de responsabilidade do BID, entidade de excelência e com experiência consolidada na área de financiamento às mudanças climáticas, a partir das orientações da SAIN/MF.

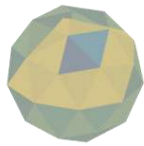
Com base no *Procurement Plan* definido no âmbito da CT, as atividades do Componente 1 já se encontram em execução, com destaque para a tradução do Programa País para o GCF, a realização do evento "*GCF no Brasil: Entidades Acreditadas e Perspectivas*" em novembro de 2018 e a contratação da consultora individual para auxiliar no processo de disseminação do Programa País e engajamento dos atores relevantes para a elaboração de propostas do GCF no Brasil (a consultora Isabella Sousa iniciou suas atividades na SAIN em agosto de 2018).

Em relação ao Componente 2 e ao desenvolvimento do pipeline de propostas, a implementação do componente em questão será realizada em estreita parceria com os Ministérios setoriais responsáveis pelos Eixos Estratégicos mapeados no Programa País. O processo de elaboração dos documentos em parceria com os Ministérios setoriais garante não apenas a aderência às políticas setoriais, como também o alinhamento às prioridades em curso e auxilia na ampliação da factibilidade de elaboração e execução de projetos baseados nas propostas em questão; tal processo será iniciado no primeiro semestre de 2019.

Por fim, em relação à implementação do Componente 3, conforme previsto inicialmente, o início das atividades deve ocorrer no segundo semestre de 2019.

3.2. "Avaliação das Necessidades Tecnológicas para a Implementação de Planos de Ação Climática no Brasil" – Projeto de Readiness do GCF - MCTIC e PNUMA

Em maio de 2018, foi aprovado pelo GCF o projeto de *Readiness* "Avaliação das Necessidades Tecnológicas para a Implementação de Planos de Ação Climática no Brasil". O projeto foi



elaborado pelo MCTIC em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e tem por objetivo priorizar tecnologias de mitigação de emissão de gases de efeito estufa e estabelecer Planos de Ação Tecnológicos (TAP) para as tecnologias priorizadas. Nesse sentido, buscará mapear os gargalos e necessidades tecnológicas para a implementação das tecnologias selecionadas, contribuindo assim para que o País possa atingir as metas e compromissos assumidos no cenário internacional de maneira eficiente.

A SAIN, no papel de AND para o GCF, trabalhou diretamente com os organismos envolvidos na elaboração da proposta, sendo responsável pelo processo de revisão e submissão ao GCF do documento final. Vale ressaltar que o projeto servirá de insumo fundamental para o desenvolvimento do Programa-País para o GCF nos próximos anos, dado que os TAPs serão uma ferramenta relevante para a identificação de possibilidades de desenvolvimento de novos projetos junto ao Fundo, fornecendo um painel de tecnologias com relação custo benefício atraentes.

O projeto tem orçamento de US\$ 700 mil e duração prevista de 18 meses. No que tange as atividades em curso, vale ressaltar que o Programa Executivo entre a Agência Brasileira de Cooperação – ABC/MRE e o PNUMA, pré-requisito para o início das atividades, foi assinado em 11 de dezembro de 2018, de modo que as atividades do projeto terão início em janeiro de 2019.

4. Acreditação de entidades brasileiras para acesso direto

4.1. CAIXA

O processo de acreditação da Caixa Econômica Federal teve início em junho de 2015, com a indicação para acreditação submetida pela AND ao Secretariado do GCF. Após avanços significativos no processo de acreditação ocorridos ao longo dos últimos anos, a previsão era que a acreditação da instituição fosse apreciada na 20ª Reunião do Conselho Diretor do GCF (B.20), realizada entre os dias 1 e 4 de julho de 2018, em Songdo. No entanto, devido à questões internas do Conselho, não foi possível apreciar o pleito na B.20.

Nesse sentido, a acreditação da Caixa foi apreciada e aprovada na 21ª Reunião do Conselho Diretor do GCF (B.21), realizada entre os dias 17 e 20 de outubro de 2018, no Bahrein. A Caixa foi acreditada como entidade de acesso direto nacional, autorizada a operar projetos de tamanho grande (maiores que USD 250 milhões) e com categoria de risco socioambiental elevado (A), podendo implementar projetos utilizando todos os instrumentos financeiros disponíveis no GCF (doação, garantias, empréstimos e *equity*), bem como fazer *on-lending* e *blending* de recursos financeiros.

A negociação do Acordo Mestre de Acreditação (*Accreditation Master Agreement - AMA*) entre a Caixa e o GCF já está em curso, com previsão de assinatura do documento em 2019.



4.2. Funbio

O processo de acreditação do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade teve início em setembro de 2016, com a indicação para acreditação submetida pela AND ao Secretariado do GCF. Por se tratar de instituição acreditada ao *Global Environment Facility* (GEF), o Funbio passou pelo processo simplificado (*fast-track*) para acreditação.

A acreditação do Funbio foi apreciada e aprovada na 21ª Reunião do Conselho Diretor do GCF (B.21), realizada entre os dias 17 e 20 de outubro, no Bahrein. O Funbio foi acreditado como entidade de acesso direto nacional, autorizado a operar projetos de tamanho médio (entre USD 50 e USD 250 milhões) e com categoria de risco socioambiental médio (B), e podendo implementar projetos somente com o instrumento financeiro de doações.

A negociação do AMA entre o Funbio e o GCF já está em curso, com previsão de assinatura do documento em 2019.

4.3. BNDES

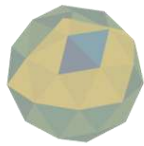
O processo de acreditação do BNDES teve início em julho de 2015, com a indicação para acreditação submetida pela AND ao Secretariado do GCF. O BNDES encontra-se no Estágio II (Passo 1) do processo de acreditação, na qual a revisão dos documentos submetidos ao Secretariado do GCF está sendo realizada pelo Painel de Acreditação.

A previsão é que a instituição seja encaminhada para apreciação do Conselho Diretor na 23ª Reunião do Conselho Diretor do GCF (B.23), a ser realizada entre os dias 11 e 13 de junho de 2019.

Vale ressaltar que a entidade pleiteou a acreditação como entidade de acesso direto nacional, sendo autorizada a operar projetos de tamanho grande (maiores que USD 250 milhões) e com categoria de risco socioambiental mais alto (A), e podendo implementar projetos utilizando todos os instrumentos financeiros disponíveis no GCF (doação, garantias, empréstimos e *equity*), bem como fazer *on-lending* e *blending* de recursos financeiros.

4.4. Organização do Tratado de Cooperação Amazônica – OTCA

Em 24 de janeiro de 2018, a AND recebeu a Mensagem Eletrônica nº 37/2018/MRE, acompanhada da Carta SP/OTCA/22/2018 e da Resolução XIII MRE-OTCA/07. Os documentos em questão tratavam da decisão tomada durante a XIII Reunião de Ministros de Relações Exteriores dos Países Membros da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica - OTCA, realizada em dezembro de 2017, em Tena, no Equador, na qual os Ministros aprovaram mandato ao Secretariado Permanente da OTCA para adotar as ações necessárias para que a entidade possa se acreditar junto ao GCF. Dentre as ações, destaca-se a solicitação das cartas de indicação às ANDs dos Países Membros da OTCA, dentre eles o Brasil.



Após análise da AND e apresentação de esclarecimentos por parte da OTCA sobre o escopo de sua atuação no Brasil, além de consulta aos outros ministérios, foi decidido apresentar a indicação à acreditação da OTCA para o GCF. Em julho de 2018 a AND encaminhou ao GCF a carta de indicação da instituição (que se somou a cartas providas por outros países membros).

A OTCA encontra-se no Estágio I do processo, trocando informações e fornecendo documentos para o Secretariado do GCF. A entidade pleiteia a acreditação como entidade de acesso direto regional, autorizada a operar projetos de tamanho micro (até USD 10 milhões) e com categoria de risco socioambiental baixo (C), e podendo implementar projetos utilizando somente o instrumento financeiro de doações.



AUTORIDADE NACIONAL

Designada para o GCF

Secretaria de Assuntos Internacionais - SAIN

MINISTRO DA FAZENDA

Eduardo Refinetti Guardia

SECRETÁRIO DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS

Marcello de Moura Estevão Filho

SUBSECRETÁRIO PARA INSTITUIÇÕES ECONÔMICO-FINANCEIRAS E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Erivaldo Alfredo Gomes

COORDENADOR - GERAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Marcos Machado Guimarães

COORDENADOR DE DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL E SUSTENTABILIDADE

Marco Aurélio dos Santos Araújo

EQUIPE

Érico Rial Pinto da Rocha

Paulo Mauger

Isabella Costa Alves de Sousa (consultoria apoiada pelo BID)

<http://www.and.fazenda.gov.br/>

and.gcf@fazenda.gov.br